

## **Agropecuária<sup>1</sup>**

O Distrito Federal, desmembrado do Estado de Goiás, possui uma área de 5.794 km<sup>2</sup>. Situado no Planalto Central, suas altitudes variam de 750 a 1.340 metros, com topografia suave, predominando superfícies de chapadões e estruturas aplainadas. O Distrito Federal conta com 90% de seu território na região do Cerrado e 42% de sua área total encontra-se protegida por unidades de conservação. O clima caracteriza-se por duas estações bem definidas, uma chuvosa e quente e outra fria e seca, com precipitação média anual de 1.600 mm e temperaturas entre 18 e 20° C.

No Censo Agropecuário 1995/96 foram registrados 2.459 estabelecimentos agropecuários, que ocupavam 2.449,3 km<sup>2</sup>, correspondentes a cerca de 42% da área territorial total. A população rural do Distrito Federal era de apenas 7,2% em 1996, de acordo com a Contagem Populacional feita pelo IBGE, indicando um alto grau de urbanização, muito influenciado pela presença da capital do país, Brasília.

O Distrito Federal destaca-se, principalmente, pela produção de grãos (feijão, milho e soja) e de hortifrutigranjeiros que abastecem o mercado consumidor local (pimentão, tomate, batata etc.). A estrutura fundiária caracteriza-se pelo predomínio de estabelecimentos com menos de 50 hectares, o que está diretamente vinculado ao planejamento inicial de ocupação do solo, quando da criação do Distrito Federal, pois os “módulos” rurais tinham áreas de aproximadamente 50 hectares.

Analisando os principais resultados do Censo Agropecuário 1995/96 para o Distrito Federal, nota-se que a área aberta dos estabelecimentos em decorrência da ocupação, ou seja, a soma das áreas de lavouras, de pastagens e matas plantadas e áreas em descanso e não utilizadas, foi de 67%. As lavouras e as pastagens plantadas responderam por 80% da área total aberta. Do restante da área total dos estabelecimentos no Distrito Federal, 14% estava ocupado com pastagens naturais, que podem, eventualmente, estar sendo ocupadas com a atividade de pecuária bovina; 11% era ocupado

---

<sup>1</sup> Este item está baseado na publicação do Censo Agropecuário 1995/96, número 26, Distrito Federal.

com matas nativas e 8% era de terras inaproveitáveis para a exploração agropecuária.

**Tabela 100**  
Utilização das Terras  
Distrito Federal  
1995

Tipo de Uso	Área (ha)
Área dos Estabelecimentos	244.930
Área Aberta	165.211
Área de Lavouras	66.344
Pastagens Plantadas	62.443
Matas Plantadas	19.980
Área em Descanso	4.799
Área Prod. Não Usada	11.645
Pastagens Naturais	34.005
Matas Naturais	27.707
Terras Inaproveitáveis	18.007

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE - 1995/96.

Como foi salientado, em função do planejamento inicial de ocupação do solo, pode-se perceber que os estabelecimentos agropecuários com até 100 hectares representavam 81,5% do total, em 1995. No entanto, ocupavam apenas 17,4% da área total dos estabelecimentos no Distrito Federal. No outro extremo, aqueles com mais de 1.000 hectares representavam somente 1,3% do total, mas detinham 35% da área. O grupo mais representativo em termos de área ocupada era o de 100 a menos de 1.000 hectares, com participação de 47,6%.

**Tabela 101**  
Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, por Grupo de Área Total  
Distrito Federal  
1995

Grupo de Área Total	Número (%)	Área (%)
Menos de 10 há	37,8	1,7
10 a menos de 100 há	43,5	15,7
100 a menos de 1.000 ha	17,4	47,6
1.000 a menos de 10.000 ha	1,2	22,4
10.000 ha e mais	0,1	12,6

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE - 1995/96.

Na gestão dos negócios, verifica-se uma situação peculiar no Distrito Federal. Em 1995, somente 41,3% dos estabelecimentos agropecuários eram explorados por proprietários, o que correspondia a apenas 27,4% da área total. Pode-se notar uma participação bastante significativa dos arrendatários (30, % dos estabelecimentos e 21,2% da área) e dos administradores (23,4% dos estabelecimentos e 50,6% da área total).

Vale ressaltar que houve uma redução muito grande do número de proprietários no período 1975-1995. Em 1975, eles respondiam por 66,8% dos estabelecimentos agropecuários no Distrito Federal e por 75,2% da área. Sua diminuição ocorreu em favor dos arrendatários (que, em 1975, eram responsáveis por apenas 1,8% dos estabelecimentos e 0,9% da área total) e dos administradores (que, em 1975, respondiam por 7,1% dos estabelecimentos e 16,1% da área).

O crescimento do número de arrendatários tem relação com as peculiaridades da estrutura de posse da terra no Distrito Federal. Uma parte expressiva das terras ainda é propriedade do governo distrital, que as arrenda a longo prazo para os usuários que queiram explorá-las. Em 1975, essa estrutura ainda não havia se consolidado e boa parte das terras era de proprietários privados. Com a aceleração do processo de desapropriação no período 1975-1995, 21,2% das terras dos estabelecimentos agropecuários passaram para a responsabilidade dos arrendatários.

O grande aumento do número de estabelecimentos sob responsabilidade dos administradores tem correspondência com o processo de concentração fundiária ocorrido com a modernização da agropecuária e com o crescimento de estabelecimentos dedicados às atividades de grãos e oleaginosas, de caráter mais empresarial. Quanto aos ocupantes, a consolidação da estrutura fundiária no período 1975-1995, descrita anteriormente, fez com que sua participação sofresse forte redução tanto no número de estabelecimentos quanto na área total (em 1975, eles respondiam por 24,3% dos estabelecimentos e 7,8% da área). Uma parte deles pode ter sido convertida para a condição de arrendatários.

**Tabela 102**

Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo Condição do Responsável  
Distrito Federal

1995		
Condição do Responsável	Número (%)	Área (%)
Proprietário	41,3	27,4
Arrendatário	30,3	21,2
Ocupante	5,0	0,8
Administrador	23,4	50,6

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

Das principais lavouras desenvolvidas no Distrito Federal, destacam-se o arroz, o feijão, o milho e a soja, entre os grãos e oleaginosas; a manga, a laranja, o limão, a goiaba e a tangerina, entre as frutíferas; e uma série de verduras e legumes, com destaque para alface, batata, beterraba, cenoura, pimentão, repolho e tomate. O desenvolvimento dessa variedade de produtos hortifrutícolas deve-se ao importante mercado consumidor de alta renda proporcionado pela existência de Brasília. Segundo o Censo Agropecuário 1995/96, apesar de ocuparem pequena parte da área total cultivada com as principais culturas, frutas, verduras e legumes contribuíram com 33,8% do valor bruto da produção agropecuária no Distrito Federal.

Devido à dimensão territorial relativamente modesta do Distrito Federal, a atividade pecuária não possui grande expressividade se comparada aos Estados da própria região Centro-Oeste. Em 1995, o efetivo da bovinocultura era de 85.615 cabeças, sendo a atividade de corte a principal finalidade (plantel de 53.700 cabeças). Segundo o Censo Agropecuário, 649 estabelecimentos agropecuários tiveram como principal finalidade a produção de leite, envolvendo cerca de 28 mil animais. Do total de leite produzido, mais de 75% foi destinado à venda para os mais diversos consumidores. A atividade de bovinocultura concentra-se nos estabelecimentos com área entre 100 e 1.000 hectares.

Em relação aos efetivos, a suinocultura estava relativamente próxima da bovinocultura, com 69.321 animais. A avicultura foi a atividade pecuária com maior crescimento nos anos 90 no Distrito Federal. Segundo o Censo Agropecuário, esse comportamento foi influenciado pelo aumento do consumo nos centros urbanos, principalmente Brasília. Pode-se notar que ainda é

incipiente o grau de agroindustrialização da produção pecuária no Distrito Federal.

**Tabela 103**  
Efetivos de Pecuária  
Distrito Federal  
1996

Efetivos	Número
Bovinos	85.615
Suínos	69.321
Aves	5.778.000

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

A agropecuária no Distrito Federal apresentava, em 1995, um elevado padrão tecnológico, como mostram alguns indicadores do Censo Agropecuário: 53,3% dos estabelecimentos agropecuários (1.300) tinham tratores, perfazendo um total de 2.232 unidades; 89% usaram fertilizantes e 65% utilizaram calcário e outros corretivos; 87,5% usaram defensivos nos cultivos agrícolas; 95% realizaram controle sanitário e de doenças nos efetivos de pecuária; 84% recorreram à assistência técnica, sendo que para 82,5% a assistência técnica veio de fontes governamentais (trata-se de um dos mais altos índices de assistência técnica do Brasil); 59,7% usaram técnicas de irrigação e a área irrigada compreendeu 19% do total da área de lavouras; 93% dispunham de energia elétrica; apenas 13,2% tomaram crédito, o que mostra um elevado índice de autofinanciamento.

### **Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Distrito Federal**

#### ***Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)<sup>2</sup>***

Antes da análise dos dados da Pnad, vale a pena tecer mais alguns comentários sobre a parte histórica do Distrito Federal. Ele foi criado em 1958 e, em quarenta anos, atingiu uma população de 1,5 milhão de habitantes, concentrados nos centros urbanos, que respondem por mais de 90% da população total. O planejamento elaborado para o Distrito Federal previa um cinturão verde no entorno do plano piloto, que visava uma proteção contra a expansão urbana sem controle. Para isso, grande parte da área foi desapropriada pelo Governo Federal, e é, atualmente, propriedade distrital.

<sup>2</sup> Este item está baseado no texto "Dinâmica Hegemônica das Ocupações Rurais Não-Agrícolas no Distrito Federal", escrito por Flávio Borges Botelho Filho para o Projeto Urbano.

Desde os anos 60, o Estado brasileiro incentivou o desenvolvimento de atividades agrícolas no Distrito Federal. O rápido aumento da população urbana sustentou uma demanda crescente por produtos agrícolas num espaço antes ocupado por algumas fazendas de criação de gado extensivas. Com a elevação da densidade demográfica, pretendeu-se induzir o crescimento da agricultura para o abastecimento da população. Assim, é possível creditar boa parte do desenvolvimento das atividades agrícolas na região aos efeitos da criação de Brasília, com forte expansão da renda urbana. Como será visto, a presença da capital também tem sido, nos anos mais recentes, um grande indutor de atividades rurais não-agrícolas para atendimento da classe média urbana, principalmente aquelas ligadas ao turismo rural.

O sonho de uma agricultura moderna no cerrado e, particularmente, de uma agricultura modelar criou a base social e política para projetos públicos de suporte para o desenvolvimento agrícola. Foram oferecidos financiamentos e incentivos, por meio de uma grande variedade de programas de desenvolvimento rural e agrícola: assentamentos de nisseis na Vargem Bonita, de gaúchos no PADF e de sem-terras no conglomerado agro-urbano. Para isso, investiu-se pesadamente em infra-estrutura agrícola, transportes, pesquisa social e educacional.

Aliado a esse investimento público, ocorreu o crescimento de uma população com alto nível de renda. O padrão de desenvolvimento da agricultura do Distrito Federal dependeu, portanto, dos investimentos públicos e do crescimento da demanda derivada da “metropolização”. Torna particular seu desenvolvimento rural a alta renda de parte da população e a situação fundiária, pois o Estado é proprietário de parcela substancial das terras.

**Tabela 104**

População Ocupada (1), segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade  
Distrito Federal  
1992-1999

Em mil pessoas

Área, Situação do Domicílio, Ramo de Atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
<b>Total</b>	<b>710</b>	<b>702</b>	<b>775</b>	<b>754</b>	<b>796</b>	<b>811</b>	<b>827</b>	<b>2,4 ***</b>
<b>Urbano</b>	<b>674</b>	<b>656</b>	<b>732</b>	<b>649</b>	<b>740</b>	<b>720</b>	<b>752</b>	<b>1,6 **</b>
Agrícola	6	7	4	8	7	5	5	-3,4
Não-Agrícola	668	649	728	641	733	715	747	1,7 **
<b>Rural</b>	<b>36</b>	<b>46</b>	<b>43</b>	<b>105</b>	<b>56</b>	<b>91</b>	<b>75</b>	<b>24,6 ***</b>
Agrícola	12	19	13	21	16	18	15	2,0
Não-Agrícola	24	27	30	84	40	73	60	17,1 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

O peso do processo de “metropolização” pode ser observado nos dados da tabela anterior. A população economicamente ativa (PEA) ocupada com residência urbana representou 90% ou mais da PEA total ocupada no Distrito Federal nos anos 90. A PEA urbana é majoritariamente não-agrícola (cerca de 98% - 99% do total) e apresentou crescimento de 1,6% ao ano no período 1992-99. A PEA urbana agrícola, além de minoritária, sofreu redução no número de pessoas ocupadas.

Um fato interessante é o grande crescimento da PEA rural nos anos 90, quando saltou de 36 mil pessoas ocupadas, em 1992, para 75 mil, em 1999, com aumento de 24,6% ao ano. Esse comportamento foi resultado dos desempenhos positivos da PEA agrícola (crescimento de 2,0% ao ano) e, principalmente, da PEA não-agrícola (crescimento de 17,1% ao ano, pulando de 24 mil para 60 mil pessoas ocupadas, depois de atingir os valores de 84 mil pessoas, em 1996, e 73 mil pessoas, em 1998). A enorme taxa de crescimento da PEA rural não-agrícola está relacionada ao desenvolvimento de novas atividades no meio rural do Distrito Federal, principalmente as ligadas ao turismo rural e à segunda residência (condomínios nas áreas rurais), que têm tido forte efeito na valorização imobiliária das terras localizadas nos arredores de Brasília e das cidades-satélites.

Em 1992, a PEA rural não-agrícola já representava dois terços da PEA rural total. Com ritmo de crescimento bem mais intenso que o da PEA rural agrícola,

pode-se notar que ela fechou os anos 90 com uma participação ainda maior: 75%. Esse comportamento mostra a perda da hegemonia das atividades agrícolas no meio rural do Distrito Federal, pois, em 1999, de cada quatro pessoas ocupadas e residentes no meio rural, apenas uma trabalhava diretamente na agropecuária, enquanto três estavam em atividades não-agrícolas.

O crescimento explosivo das atividades não-agrícolas mostra a necessidade de orientar políticas públicas que coordenem e incentivem tais atividades, pois elas têm demonstrado a possibilidade real de geração rápida de ocupações. Aliado a isso, as políticas públicas também devem estimular o crescimento (e a diversificação) agrícola e aumentar o valor da produção pela verticalização (agroindustrialização).

Por outro lado, as altas taxas de crescimento do número de aposentados reclama uma atenção maior na elaboração das políticas públicas. Esses aposentados podem se deslocar das cidades para as áreas rurais, por motivos econômicos, sociais e de qualidade de vida. A necessidade de parte deles de complementar as baixas rendas de aposentadorias poderá aumentar a disputa por postos rurais. Por outro lado, a simples presença de aposentados na área rural pode significar uma série de novas oportunidades de geração de postos de trabalho, demandando serviços e produzindo renda local.

Os principais ramos de atividade não-agrícola para a PEA rural do Distrito Federal são, destacadamente, a prestação de serviços, os serviços sociais e a administração pública, que responderam por cerca de 60% das ocupações em 1999. Isoladamente, o ramo da prestação de serviços representou um terço do total de ocupações. Seu crescimento foi muito influenciado pela expansão do turismo rural no Distrito Federal.



**Tabela 105**  
População Rural Ocupada (1), segundo Ramo de Atividade  
Distrito Federal  
1992-1999

Área e Ramo de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>84</b>	<b>40</b>	<b>73</b>	<b>60</b>	<b>17,1 ***</b>
Indústria de Transformação	3	2	1	5	2	4	3	4,6
Indústria da Construção	3	3	2	10	5	8	5	16,2 *
Outras Atividades Industriais	-	-	-	-	-	-	1	-
Comércio de Mercadorias	3	3	4	12	4	10	5	14,4 *
Prestação de Serviços	9	10	11	24	11	23	19	12,7 **
Serviços Auxiliares	1	1	2	4	3	4	4	18,0 ***
Transporte ou Comunicação	1	-	-	5	1	5	3	-
Serviços Sociais	-	4	5	12	6	10	9	-
Administração Pública	2	1	3	9	5	7	9	30,6 ***
Outras Atividades	-	-	1	2	2	2	3	-

**Fonte:** Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

**Notas:** \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente De regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

O turismo rural tem-se constituído em importante alternativa de emprego e renda para os agricultores porque permite o escoamento da produção (os produtos cultivados são utilizados nos restaurantes rurais, por exemplo) e a utilização da mão-de-obra familiar nas diversas atividades não-agrícolas desenvolvidas na propriedade rural. Também para os residentes rurais há aspectos positivos, pois os restaurantes típicos e as chácaras de lazer e segunda moradia precisam contratar cozinheiros, garçons, caseiros, empregadas domésticas, atendentes etc. para a execução dos serviços. Finalmente, para os residentes urbanos, são abertas possibilidades de lazer e contato com a realidade do mundo rural.

Desde 1996, o governo do Distrito Federal, o Sebrae, o Sindicato dos Produtores Rurais e os empresários vêm incentivando o crescimento do turismo rural na região como forma de aumentar a renda dos agricultores e dos empresários rurais e a oferta de empregos no meio rural, valorizar os produtos e a cultura regional e conscientizar as pessoas sobre a necessidade e a importância da preservação ambiental para o sucesso da atividade. Os principais problemas enfrentados pelos agricultores e empresários ligados ao turismo rural estavam relacionados à capacitação dos proprietários e da mão-de-obra empregada, à dificuldade de obtenção de crédito financeiro, à melhoria

da infra-estrutura (sinalização, qualidade e conservação das estradas, por exemplo), ao marketing da atividade e à renovação dos contratos de arrendamento das terras com o governo do Distrito Federal (até então não eram permitidos contratos para atividades de turismo rural).

Em 1997, 35 produtores e empresários rurais já se dedicavam a empreendimentos ligados ao turismo rural, principalmente restaurantes típicos, chácaras de lazer e hotéis-fazenda, em cidades-satélites como Sobradinho, Planaltina e Alexânia, além de inúmeros núcleos rurais no entorno de Brasília. Para ter uma idéia do potencial de geração de empregos no turismo rural, vale citar que um agricultor que instalou um restaurante típico em sua propriedade empregava 22 funcionários, todos filhos e sobrinhos dos cinco empregados que tinha quando se dedicava somente às atividades agropecuárias<sup>3</sup>.

Os ramos de atividade de serviços sociais e administração pública, que, juntos, representavam 30% das ocupações não-agrícolas da PEA rural, também tiveram forte crescimento nos anos 90, influenciados pelo grande peso do setor público no Distrito Federal. Dos demais ramos de atividade, ainda se destacavam a indústria da construção e o comércio de mercadorias, ambos com 5 mil pessoas ocupadas em 1999. Vale reforçar que todos apresentaram desempenho positivo nos anos 90, com taxas anuais de crescimento que variaram de 4,6% (indústria de transformação) até 30,6% (administração pública).

Os principais setores de atividade da população na área rural, ao longo dos anos 90, foram o emprego doméstico e a construção civil. Em 1999, responderam por cerca de 20% das ocupações (14 mil pessoas ocupadas). Como já foi salientado, o crescimento do emprego doméstico está ligado à expansão do número das chácaras de lazer e segunda residência nos arredores de Brasília.

---

<sup>3</sup> “No campo, a opção para o feriadão”. *Jornal da Comunidade*, Brasília, 24 a 30 de maio de 1997, p.24.

**Tabela 106**  
População Rural Ocupada (1), segundo Setor de Atividade  
Distrito Federal  
1992-1999

Área e Setor de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>84</b>	<b>40</b>	<b>73</b>	<b>60</b>	<b>17,1</b> ***
Emprego Doméstico	6	6	8	11	7	13	9	8,9 **
Construção	3	3	2	10	5	8	5	16,2 *
Administração Federal	-	-	-	2	2	2	3	-
Estab. de Ensino Público	-	2	2	4	1	3	3	-
Restaurantes	-	1	-	3	2	3	2	-
Ensino Privado	-	-	-	2	1	2	2	-
Serviços Residenciais	-	1	-	2	-	2	2	-
Judiciário	-	-	-	-	-	-	2	-
Serv. Financeiros	-	-	-	-	-	-	1	-
Legislativo e Trib. de Contas	-	-	-	2	-	-	1	-
Fabricação de Móveis	-	-	-	-	-	-	1	-
Comércio Ambulante	-	-	1	-	-	2	-	-
Serviços de Segurança	-	-	-	-	-	2	-	-
Subtotal	8	13	13	36	18	37	33	22,4 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Dos demais setores, pode-se notar que estão ligados ou à administração pública (administração federal, estabelecimentos de ensino público, judiciário, legislativo e tribunal de contas, em conjunto, ocuparam 9 mil pessoas em 1999) ou ao turismo rural (restaurantes e serviços residenciais ocuparam 4 mil pessoas em 1999). É perceptível a quase inexistente participação dos setores ligados à indústria de transformação (apenas fabricação de móveis).

Quanto às principais ocupações não-agrícolas da PEA rural do Distrito Federal, o destaque são os serviços domésticos, com crescimento de 7,3% ao ano no período 1992-99. Em 1999, pouco mais de 10% da PEA rural estava ocupada nos serviços domésticos, como caseiros e empregadas domésticas, principalmente.

Exceto nos serviços domésticos, percebe-se uma "pulverização" de várias ocupações não-agrícolas, as quais têm ocupado entre mil e 3 mil pessoas, em média, nos anos 90. A maior parte delas encontra-se no setor de serviços, públicos e privados (servente-faxineiro, dirigente na administração pública, praça militar, professor de primeiro e segundo grau, balconista-atendente, advogado, garçom, cozinheiro não doméstico, diarista doméstica).

**Tabela 107**  
População Rural Ocupada (1), segundo Ocupação Principal  
Distrito Federal  
1992-1999

Área e Ocupação Principal	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>84</b>	<b>40</b>	<b>73</b>	<b>60</b>	<b>17,1 ***</b>
Serviços Domésticos	5	4	7	10	5	9	7	7,3 *
Servente - Faxineiro	-	-	1	4	-	4	2	-
Diversos	-	-	-	1	-	3	2	-
Dirigente Adm. Pública	-	-	-	2	-	1	2	-
Praça Militar	-	-	-	2	-	-	2	-
Prof. Segundo Grau	-	-	-	-	-	1	2	-
Pedreiro	-	1	-	5	2	4	2	-
Balconistas - Atendentes	1	2	-	4	3	3	2	-
Assist. Administrativo	-	-	-	1	-	1	1	-
Advogado	-	-	-	-	-	-	1	-
Garçom	-	-	-	-	-	-	1	-
Cozinheiro (Não Domést.)	-	-	-	2	-	-	-	-
Marceneiro	-	-	-	1	-	-	-	-
Serviços Conta-Própria	-	-	-	2	-	3	-	-
Diarista Doméstica	-	-	-	-	-	2	-	-
Guarda - Vigia	-	-	-	1	-	1	-	-
Ajudante Administrativo	-	-	-	2	-	1	-	-
Ajudante de Pedreiro	-	-	-	2	2	1	-	-
Ambulante - Outros	-	-	-	-	-	2	-	-
Prof. Primeiro Grau	-	-	-	2	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>43</b>	<b>11</b>	<b>37</b>	<b>23</b>	<b>25,6 **</b>

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

### ***Demanda de Mão-de-Obra na Agropecuária do Distrito Federal – Sensor Rural***

As estimativas da Fundação Seade, que captam apenas as culturas presentes no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA – IBGE), mostram que a principal cultura demandadora de mão-de-obra no Distrito Federal, no período 1998-99, foi o feijão. Em 1999, essa cultura tinha participação de 33,8% na demanda total da força de trabalho agrícola e de 18,2% na área total cultivada. A seguir, aparecia o milho, com participações de 20,1% e 38%, respectivamente, na demanda de mão-de-obra e na área cultivada. Somando-se mais duas culturas classificadas como grãos e oleaginosas, o arroz e a soja, pode-se perceber que esse conjunto de quatro culturas respondia por cerca de 96% da área total cultivada e por 64% da demanda de mão-de-obra agrícola. Pelo fato de serem produzidas com alto

índice de mecanização, a produção de grãos e oleaginosas não se constitui em grande empregadora de mão-de-obra por unidade de área.

**Tabela 108**

Demanda da Força de Trabalho Agrícola e Área Cultivada das Principais Culturas  
Distrito Federal  
1998-99

Principais Culturas	EHA		1999 (%)	Área (1000 ha)		1999 (%)
	1998	1999		1998	1999	
<b>Total</b>	<b>3.705</b>	<b>3.775</b>	<b>100,0</b>	<b>76,0</b>	<b>74,8</b>	<b>100,0</b>
Alho	152	144	3,8	0,1	0,1	0,2
Arroz	19	60	1,6	0,5	1,5	2,0
Banana	102	108	2,9	0,1	0,2	0,2
Batata	339	291	7,7	0,6	0,5	0,7
Café	449	303	8,0	0,9	0,6	0,8
Feijão	1.123	1.278	33,8	13,0	13,6	18,2
Laranja	294	287	7,6	0,6	0,6	0,8
Mandioca	143	174	4,6	0,5	0,5	0,7
Milho	635	759	20,1	23,8	28,4	38,0
Soja	405	323	8,6	35,6	28,4	38,0
Tomate	42	48	1,3	0,3	0,3	0,4

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

Das demais culturas, podem ser mencionadas as de café, laranja e mandioca, com participações de 8%, 7,6% e 4,6%, respectivamente, na demanda de mão-de-obra. Entre as frutíferas e hortícolas, aparecem apenas as culturas de alho, banana, batata e tomate, que representam uma parte muito pequena da diversidade da produção no Distrito Federal. Em 1999, elas responderam por apenas 1,5% da área cultivada, mas demandaram 15,7% da mão-de-obra agrícola, o que evidencia o seu caráter intensivo no emprego de trabalhadores.

Embora as estimativas do LSPA – IBGE não apresentem toda a gama de atividades desenvolvidas, pois muitas são praticadas em áreas muito reduzidas, há uma área muito importante (de quase 7 mil hectares, segundo a Emater) de produção de hortaliças no Distrito Federal (pimentão, cenoura, beterraba, alface etc.), cultivadas em estufas, com modernos sistemas de produção. De acordo com a Emater do Distrito Federal, há mais de mil estufas utilizadas na produção de olerícolas. No total, a atividade gera cerca de 22 mil empregos diretos. A produção abastece o Distrito Federal e é exportada para os estados de Minas Gerais, Tocantins, Pará e Amazonas. Além da geração de divisas para a economia do Distrito Federal, o cultivo de hortaliças tem se

mostrado uma atividade fundamental para a melhoria da renda e do emprego das famílias dos agricultores<sup>4</sup>. Essas atividades intensivas em mão-de-obra constituem, de fato, as principais empregadoras no meio rural do Distrito Federal.

**Tabela 109**  
Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária  
Distrito Federal  
1998-99

Pecuária	EHA		1999 (%)	Área/Produção/Rebanho	
	1998	1999		1998	1999
<b>Total</b>	<b>1.971</b>	<b>2.003</b>	<b>100,0</b>	-	-
Reforma de Pastagem (1)	315	315	15,7	6,2	6,2
Bovinocultura de Corte (2)	138	140	7,0	64	65
Bovinocultura de Leite (3)	1.067	1.057	52,8	30.493	30.188
Suínocultura (2)	173	190	9,5	62	68
Avicultura de Corte (2)	86	87	4,3	25.728	26.100
Avicultura de Postura (2)	192	214	10,7	740	824

**Fonte:** Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Área em mil hectares.

(2) Rebanho em mil cabeças.

(3) Produção em mil litros.

Na pecuária, conforme já salientado, o Distrito Federal não possui grande expressividade. A principal atividade empregadora é a bovinocultura de leite, que demandou 52,8% da mão-de-obra em 1999. Somando a reforma de pastagem e a bovinocultura de corte, pode-se perceber que a pecuária bovina respondeu por cerca de 75% do total da mão-de-obra. Como foi observado anteriormente, são atividades de caráter extensivo.

A suínocultura e a avicultura tinham participações de 9,5% e 15%, respectivamente, o que não é desprezível. Apesar do pequeno índice de integração com as agroindústrias, os produtos derivados dessas atividades são muito consumidos nos restaurantes típicos do Distrito Federal, que apresentam cardápios variados, de diversas regiões brasileiras, em que se destacam as carnes de frango e de porco.

Feita essa breve caracterização das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no meio rural do Distrito Federal, pode-se fazer alguns comentários sucintos sobre as principais implicações para o ensino

<sup>4</sup> "Cultivo de pimentão dá lucro em Brasília", Suplemento Agrícola, *O Estado de São Paulo*, 26 de janeiro de 2000, p.G10-G11.

(agro)técnico voltado para o atendimento de possíveis demandas de agricultores e empresários rurais.

Pelos dados expostos, ficou claro que os dois principais segmentos demandantes de mão-de-obra qualificada são o de produção de hortaliças e frutíferas, com destaque para a produção moderna em estufas e a tentativa de agroindustrialização dos principais produtos, e o turismo rural, em que se sobressaem as ocupações não-agrícolas ligadas a restaurantes, fazendas de lazer, hotéis-fazenda e turismo ecológico.

Na olericultura e na fruticultura são necessárias técnicas apropriadas ao cultivo em estufas (nutrição mineral, controle de pragas e doenças, irrigação, todas diferentes das utilizadas no cultivo convencional) e à comercialização e agroindustrialização dos produtos (agregação de valor). O crescente consumo de produtos orgânicos, não somente nos centros urbanos, mas também nos restaurantes típicos instalados no meio rural requer técnicas específicas para uma produção adequada, dentro dos padrões de qualidade exigidos.

No turismo rural, destaca-se a demanda de uma melhor formação dos proprietários dos empreendimentos turísticos para a gestão dos negócios (muitos eram agricultores e precisam ser melhor preparados para as novas atividades não-agrícolas). Também é muito deficiente a área de marketing dos empreendimentos turísticos no Distrito Federal<sup>5</sup> e faltam cursos e treinamentos para profissões ligadas ao ramo (garçons, atendentes, cozinheiros etc.), além de competências para lidar com a burocracia desses empreendimentos (relação com a produção agropecuária, busca de crédito e gerenciamento).

---

<sup>5</sup> Segundo um empresário do setor, "as pessoas não acreditam que a menos de 50 km da Praça dos Três Poderes há uma vasta opção no meio rural, com gente do Norte, do Nordeste e do Sul trazendo o melhor de suas tradições". "No campo, a opção para o feriadão". *Jornal da Comunidade*, Brasília, 24 a 30 de maio de 1997, p.24.